



## TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA – CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx/ Nº     /2023

### **1. PROJETO**

OEI/BRA/21/002 - Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do Plano Nacional da Educação (PNE).

### **2. ENQUADRAMENTO**

#### **2.1 Resultados**

**Resultado 1.5:** Apresentação de métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação das ações de ensino superior sob responsabilidade do FNDE pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados, visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

#### **2.2 Atividade**

**Atividade 1.5.3:** Desenvolver propostas de revisão dos processos e ações utilizados na implementação das ações de ensino superior, com vistas ao melhor desempenho da missão do FNDE no alcance das metas e estratégias para o novo ciclo do PNE.

### **3. JUSTIFICATIVA**

O programa de financiamento estudantil - FIES, instituído pela Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001, alterado pela Lei n.º 13.530, publicada em 07 de dezembro de 2017 é uma política pública utilizada como instrumento para alavancar o quantitativo de matrículas esperadas no Ensino Superior para o alcance das metas 12, 13 e 14, do Plano Nacional de Educação – PNE.

No atual contexto jurídico que regulamenta o programa, cabe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, dentre outras atribuições: a operação dos contratos formalizados até o 2º semestre de 2017; a gestão de ativos e passivos do FIES; apoiar a SESu/MEC na edição das normas infra legais que regulamentam o Fies; efetuar a gestão da base de dados do Fies; fiscalizar o contrato de prestação de serviços do agente operador e dos agentes financeiros do Fies; monitorar a execução da

modalidade Fies pelas IES; prestar informações técnicas referentes às demandas judiciais e extrajudiciais relativas aos assuntos de sua competência.

No exercício destas atribuições, a fim de gerar resultados positivos, o FNDE necessita realizar constante monitoramento dessa política, para empreender os ajustes necessários, especialmente considerando a abrangência de beneficiados, a complexidade de sua operacionalização e o alto impacto orçamentário gerado.

A frequente judicialização de temas relacionados ao FIES, com a ruptura das regras normativas que regulamentam o financiamento e criam disposições individualizadas, em detrimento das regras que foram elaboradas por meio de análise técnica, de caráter geral e isonômica, demanda a adoção de ações pelos formuladores da política, gestores e operadores, com vistas a mapear temas de recorrência observados nos Tribunais, assim como seus desdobramentos, a fim de fornecer elementos para o aperfeiçoamento dos normativos e de rotinas operacionais.

As ações judiciais geram jurisprudência e acabam modificando a execução do FIES, com consequente impacto para o alcance da meta 12 do PNE. Conforme essa meta, a taxa bruta de matrícula no ensino superior, para a população de 18 a 24 anos, deve ser de 50%, e a taxa líquida deve ser de 33% para a mesma população. Por essa razão, faz-se necessário contratar consultoria que realize estudo dos processos judiciais em andamento e estime o impacto das ações nos objetivos e orçamento do programa, na oferta de matrículas e, conseqüentemente, na meta do PNE.

#### **4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

Realizar estudo técnico de demandas judiciais, no âmbito do FIES, para identificar lacunas normativas e entendimentos jurisprudenciais que possam modificar os objetivos do programa afim de evitar que seja gerada despesa não prevista, comprometendo o orçamento, o que reduziria a oferta de vagas no ensino superior para a população de baixa renda e, conseqüentemente, prejudicaria o alcance da meta 12 do PNE.

#### **5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS**

##### **5.1 Especificação (Consultor PERFIL: Jurídico – Seções Judiciária do Acre e Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal e Goiás)**

- a) Analisar os normativos que regulamentam o programa de financiamento estudantil.
- b) Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo.
- c) Mapear ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por Seções Judiciárias e no tema proposto, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e proposição de melhorias para defesa do programa e aperfeiçoamento dos normativos sobre a temática.

## **6. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO**

### **a. Formação acadêmica**

a.1 Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

a.2 Desejável: Certificado de pós-graduação lato sensu em Direito (carga horária mínima de 360 horas), devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

### **b. Exigências Específicas**

b.1 9

### **c. Entrevista**

c.1 Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 e da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.

c.2 Conhecimento relacionado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

## **7. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS**

### **7.1 Produtos (Consultor 01 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Acre e Amapá)**

Produto	Data de entrega
<p><b>Produto 1</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à obtenção de vaga e contratação do financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>50 dias após a assinatura do contrato</p>
<p><b>Produto 2</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de renovação dos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>110 dias após a assinatura do contrato</p>
<p><b>Produto 3</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de transferência do financiamento estudantil nos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>175 dias após a assinatura do contrato</p>

<b>Produto 4</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao período de utilização do financiamento, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	235 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 5</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos pedidos de exoneração de fiador, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 6</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à aplicação de limite máximo ao financiamento estudantil (teto), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato
<b>Valor total do contrato por consultor</b>	

## 7.2 Produtos (Consultor 02 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Amazonas)

<b>Produto</b>	<b>Data de entrega</b>
<b>Produto 1</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à obtenção de vaga e contratação do financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	50 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 2</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de renovação dos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e	110 dias após a assinatura do contrato

desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	
<b>Produto 3</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de transferência do financiamento estudantil nos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	175 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 4</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao período de utilização do financiamento, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	235 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 5</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos pedidos de exoneração de fiador, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 6</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à aplicação de limite máximo ao financiamento estudantil (teto), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato
<b>Valor total do contrato por consultor</b>	

### 7.3 Produtos (Consultor 03 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária da Bahia)

Produto	Data de entrega
<p><b>Produto 1</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à obtenção de vaga e contratação do financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>50 dias após a assinatura do contrato</p>
<p><b>Produto 2</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de renovação dos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>110 dias após a assinatura do contrato</p>
<p><b>Produto 3</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de transferência do financiamento estudantil nos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>175 dias após a assinatura do contrato</p>

<p><b>Produto 4</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao período de utilização do financiamento, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>235 dias após a assinatura do contrato</p>
<p><b>Produto 5</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos pedidos de exoneração de fiador, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>295 dias após a assinatura do contrato</p>
<p><b>Produto 6</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à aplicação de limite máximo ao financiamento estudantil (teto), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>360 dias após a assinatura do contrato</p>
<p><b>Valor total do contrato por consultor</b></p>	

#### 7.4 Produtos (Consultor 04 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Distrito Federal)



Produto	Data de entrega
<p><b>Produto 1</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à obtenção de vaga e contratação do financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>50 dias após a assinatura do contrato</p>
<p><b>Produto 2</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de renovação dos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>110 dias após a assinatura do contrato</p>
<p><b>Produto 3</b> -” contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de transferência do financiamento estudantil nos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>175 dias após a assinatura do contrato</p>

<b>Produto 4</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao período de utilização do financiamento, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	235 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 5</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos pedidos de exoneração de fiador, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 6</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à aplicação de limite máximo ao financiamento estudantil (teto), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato
<b>Valor total do contrato por consultor</b>	

#### **7.5 Produtos (Consultor 05 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Goiás e Mato Grosso)**

<b>Produto</b>	<b>Data de entrega</b>
<b>Produto 1</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à obtenção de vaga e contratação do financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	50 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 2</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de renovação dos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e	110 dias após a assinatura do contrato

desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	
<b>Produto 3</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de transferência do financiamento estudantil nos contratos de NOVO FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	175 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 4</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao período de utilização do financiamento, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	235 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 5</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos pedidos de exoneração de fiador, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato
<b>Produto 6</b> - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange à aplicação de limite máximo ao financiamento estudantil (teto), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolver proposta de padronização da manifestação da autarquia, de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato
<b>Valor total do contrato por consultor</b>	

## **8. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO:**

8.1 Local de entrega/realização: Brasília/DF.

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, podendo ser necessária a presença na sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE **durante o horário comercial de trabalho**.

Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias se darão por conta do próprio Consultor.

## **9. PRAZO DE EXECUÇÃO:**

9.1 Prazo (Consultor 01, 02, 03, 04 e 05): 12 meses.

## **10. NÚMERO DE VAGAS:**

5 vagas.

## **11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

### **11.1 Formação Acadêmica**

<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Obrigatória: Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.  Desejável: Certificado de pós-graduação lato sensu em Direito (carga horária mínima de 360 horas), devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.	Especialização lato sensu: 20 pontos

### 11.2 Exigências Específicas

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Obrigatória: experiência comprovada de 02 (dois) anos em atividades jurídicas e/ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública Federal.	05 (cinco) anos ou mais = 15 pontos; 04 (quatro) anos ou mais = 10 pontos 03 (três) anos ou mais = 05 pontos
Desejável: experiência comprovada de 02 (dois) anos em atividades na área de educação, com atuação específica em políticas públicas de educação.	04 (quatro) anos ou mais = 25 pontos; 03 (três) anos ou mais = 20 pontos 02 (dois) anos ou mais = 15 pontos
Obrigatória: inscrição na Ordem dos Advogados há, no mínimo, 3 (três) anos. (Os candidatos precisam encaminhar, no momento da Inscrição, a cópia da carteira da OAB).	06 (seis) anos ou mais = 10 pontos; 05 (cinco) anos ou mais = 7,5 pontos; 04 (quatro) anos ou mais = 05 pontos.

### 11.3 Entrevista [a entrevista deve corresponder a, no máximo 30% da pontuação]

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 (Financiamento Estudantil) e da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.	Até 15
Conhecimento relacionado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	Até 15

## 12. Processo Seletivo

12.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

12.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

12.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

12.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas.

#### **13.4.1 Primeira Etapa – Análise de Currículos – PC**

- a) Será aferida a pontuação para os currículos inscritos, conforme pontuação especificada neste Termo de Referência.
- b) Serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos no edital.
- c) Serão convocados para a entrevista os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos, ressalvados os casos de empate.
- d) A pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional.
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ .
- f) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para etapa de entrevista.

#### **13.4.2 Segunda Etapa – Pontuação de Entrevistas – PE**

- a) A etapa de entrevista será realizada conforme planejamento da Comissão de Seleção, observando os critérios do Termo de Referência e os princípios da Administração Pública Federal.
- b) A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência. Nesse caso, as entrevistas poderão ser gravadas.
- c) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato.
- d) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ .
- e) Em caso de empate na Pontuação Total, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- i. obtiver maior tempo de experiência de trabalho em atividades relacionadas diretamente ao perfil exigido neste Termo de Referência e
  - ii. obtiver maior tempo de experiência profissional comprovada.
- f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nessa etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

#### **13.4.3 TERCEIRA ETAPA**

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas.
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção.
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa ou instituição onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão.
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado.
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado.
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado.
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

### **13. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS**

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail [ccopi@fnde.gov.br](mailto:ccopi@fnde.gov.br), observando-se, por analogia, os prazos previstos nos arts. 59, 62 e 63 da Lei 9.784 de 1999.

O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado. A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instâncias, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os produtos deverão ser entregues à Coordenação Geral de Concessão e Controle do Financiamento Estudantil (CGFIN/DIGEF), por meio eletrônico ou diretamente no endereço SBS, Bloco F, Ed. FNDE, Térreo - Brasília/DF, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nessa a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos nesse Termo de Referência não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, ou benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

Em atenção ao art. 7º do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e por meio da apresentação da declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem informando a inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.



Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Brasília/DF, xxxxxxx de 2024.